AES Tucano Holding II S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

ÍNDICE

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas 1

Balanços Patrimoniais 2

Demonstrações dos Resultados 4

Demonstrações dos Resultados Abrangentes 5

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido 6

Demonstrações dos Fluxos de Caixa 7

Notas explicativas às demonstrações Contábeis 10

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - BrasilTelefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Diretores e Acionistas da
Tucano Holding II S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Tucano Holding II S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Tucano Holding II S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada, "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações contábeis individuais do exercício anterior

Os valores correspondentes, individuais, relativos às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação nas demonstrações contábeis individuais do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatórios datados em 14 de dezembro de 2020, sem qualquer modificação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as

divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração à respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 05 de outubro de 2021.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e período findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais – R$)

		Controladora		Consolidado
	Notas	2020	2019	2020
ATIVO CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	3	1	–	1.392
Outros créditos		–	–	200
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		**1**	**–**	**1.592**
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
Tributos e contribuições sociais compensáveis		–	–	218
Outros créditos		–	–	112
Investimentos	4	101.991	–	–
Imobilizado, líquido	5	–	–	80.721
Intangível, líquido	6	–	–	35.474
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		**101.991**	**–**	**116.525**
TOTAL DO ATIVO		**101.992**	**–**	**118.117**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e período findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais – R$)

		Controladora		Consolidado
	Notas	2020	2019	2020
PASSIVO CIRCULANTE				
Fornecedores	7	–	–	3.015
Tributos a pagar		–	–	345
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		**–**	**–**	**3.360**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Passivo de arrendamento	8	–	–	12.759
Outras obrigações		–	–	6
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**–**	**–**	**12.765**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9			
Capital social		102.510	–	102.510
Prejuízos acumulados		(518)	–	(518)
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**101.992**	**–**	**101.992**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**101.992**	**–**	**118.117**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e período findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais – R$)

		Controladora		Consolidado
	Notas	2020	2019	2020
DESPESAS OPERACIONAIS				
Gerais e administrativas	6	(1)	–	(770)
Outras receitas e despesas operacionais		–	–	(8)
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS		**(1)**	**–**	**(778)**
RESULTADO BRUTO		**(1)**	**–**	**(778)**
Resultado de equivalência patrimonial	4	(517)	–	–
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS		**(518)**	**–**	**(778)**
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras		–	–	556
Despesas financeiras		–	–	(216)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	10	**–**	**–**	**340**
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**(518)**	**–**	**(438)**
Contribuição social		–	–	(30)
Imposto de renda		–	–	(50)
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O RESULTADO	11	**–**	**–**	**(80)**
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO / PERÍODO		**(518)**	**–**	**(518)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e período findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais – R$)

	Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020
Prejuízo do exercício / Prejuízo	(518)	–	(518)
Outros resultados abrangentes	–	–	–
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO / PERÍODO	**(518)**	**–**	**(518)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e período findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais – R$)

Descrição	Notas	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2018		**–**	**–**	**–**
Aumento de capital em 09 de agosto de 2019		–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**–**	**–**	**–**
Aumento de capital	**9**	102.510	–	102.510
Prejuízo do exercício		–	(518)	(518)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**102.510**	**(518)**	**101.992**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e período findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais – R$)

		Controladora		Consolidado
	Notas	2020	2019	2020
Atividades operacionais:				
Prejuízo do exercício / Período		(518)	–	(518)
Ajustes para conciliar o prejuízo do exercício com o caixa das atividades operacionais:				
Amortização	6	–	–	1.094
Juros sobre cauções e investimentos de curto prazo	10	–	–	(583)
Juros sobre passivo de arrendamento	8	–	–	973
Resultado de equivalência patrimonial	4	517	–	–
Variação dos ativos e passivos operacionais		**–**	**–**	**(52)**
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**(1)**	**–**	**914**
Atividades de investimentos:				
Aquisição de imobilizado e intangível	5 e 6	–	–	(67.869)
Aumento de capital em controladas	4	(67.762)	–	–
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados		–	–	583
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		**(67.762)**	**–**	**(67.286)**
Atividades de financiamentos:				
Aumento de capital		67.764	–	67.764
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		**67.764**	**–**	**67.764**
Redução / (Aumento) de caixa e equivalentes de caixa		1	–	1.392
No início do exercício / período		–	–	–
No final do exercício / período		1	–	1.392
Redução / (Aumento) de caixa e equivalentes de caixa		**1**	–	**1.392**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A AES Tucano Holding II S.A. ("Companhia"), com sede Avenida das Nações Unidas, n.º 12.495, 12º andar, Brooklin Paulista, Sala Gestão, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada diretamente pela AES Tietê Energia S.A. e pela The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América a partir de 03 de agosto de 2017). Foi constituída em 09 de agosto de 2019 e tem por objeto social a participação, direta ou indireta, no capital de outras sociedades como acionista, quotista, por meio de outras modalidades de investimento, como subscrição ou aquisição de debêntures, bônus de subscrição ou partes beneficiárias, ou ainda por qualquer outra forma admitida em lei, que atuem na área de geração de energia elétrica em toda as suas formas, bem como na comercialização de energia elétrica proveniente das usinas.

Aquisição de ativos do Complexo Eólico Tucano

Em 08 de março de 2019, a AES Tietê Energia S.A. ("Controladora") assinou um Acordo de Opção de Compra no valor de R$1.000 para aquisição de um pipeline de projetos de geração eólica. A opção de compra conferia o direito de exclusividade por um ano para aquisição de até 582,8 MW médios de capacidade instalada de projetos eólicos greenfield, localizados nos municípios de Tucano, Biritinga e Araci no Estado da Bahia, a ser exercida de forma proporcional (pay-per-use) no momento em que for lastreada pela contratação de venda de energia de longo prazo.

Em 02 de dezembro de 2019, a Controladora assinou com a Anglo American Niquel Brasil S.A ("Anglo") um Contrato de Compra e Venda de Energia para o fornecimento energia de 70 MW médios pelo prazo de 15 anos, com entrega a partir de 2022. Para cumprir com esse Contrato de Compra e Venda de Energia, a Controladora utilizará 167,4MW de capacidade instalada do projeto do Complexo Eólico Tucano, equivalentes a 79 MW médios de energia assegurada a P50.

Em 14 de janeiro de 2020, a Controladora assinou o *Sales and Purchase Agreement* ("SPA"), condicionado o closing da transação à restruturação societária das SPE's. As SPE's serão utilizadas para construção do complexo eólico que atenderá principalmente os contratos de venda de energia de longo prazo acima mencionados.

Em 13 de fevereiro de 2020, o processo de aquisição foi concluído após as condições precedentes terem sido atendidas ou renunciadas, nos termos do Memorando de Fechamento, data em que a titularidade das ações das SPE's foi transferida e o controle assumido, diretamente pela Controladora, que posteriormente, via aumento de capital, transferiu este controle para a Tucano Holdings II. As novas SPE's serão usadas para construir o Parque Eólico e atender os PPA's de longo prazo já contratados da Anglo.

A contraprestação transferida em troca do controle das adquiridas foi de R$34.747, sendo R$8.686 pago pela Controladora aos vendedores na data de fechamento da transação e R$26.060 subsequentemente pagos até 31 de dezembro de 2021. Não há nenhuma consideração contingente.

A transação foi identificada como uma aquisição de ativos. Dessa forma, os ativos adquiridos, os passivos assumidos e os custos de transação foram reconhecidos, na Controladora, pelo custo alocado aos ativos pelo método relative fair value na data da aquisição, com base em laudo econômico financeiro emitido por empresa de avaliação independente.

A contabilização inicial desta aquisição foi reconhecida da seguinte forma: (i) R$34.747 como investimento recebido da Controladora, sendo R$2.451 relacionado a acervo líquido adquirido e R$32.296 relacionado a direitos e projetos em desenvolvimento, ambos recebidos via aporte de capital, representadas pela Tucano F1, Tucano F2, Tucano F3 e Tucano F4.

1.1 Impactos do Coronavírus (COVID-19) nas demonstrações contábeis

A propagação da pandemia de COVID-19 tem causado sérios impactos na economia global e nos mercados financeiros que poderiam potencialmente afetar material e adversamente as operações, condições financeiras e fluxo de caixa de nossos negócios.

Mesmo com a severidade da crise, a Companhia foi impactada apenas com a atualização de alguns seguros, que em um cenário pós-covid, tiveram um aumento em seu custo entre 0,16% e 0,30%. Importante mencionar que não houve ainda nenhum evento que tenha impactado de forma relevante

os negócios da Companhia. Visto que a Companhia é pré-operacional, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve impacto relevante em seus resultados financeiros.

À medida que a pandemia do COVID-19 avança, a Companhia tem acompanhado atentamente sua evolução e vem envidando significativos esforços em seu combate. Com o objetivo de avaliar, monitorar e aplicar todas as medidas necessárias pela garantia da segurança e redução máxima de riscos às pessoas e aos negócios, o grupo AES criou um Comitê de Gestão de Riscos e Crise, liderado pela Diretoria de Tesouraria e Riscos.

Nesse sentindo a Companhia continuará a revisar e modificar os planos a medida que as condições mudarem. Apesar dos esforços para gerenciar e remediar esses impactos para a Companhia, seu impacto final depende de fatores além do conhecimento ou controle da Companhia, incluindo a duração e a gravidade desta pandemia, bem como ações de terceiros para conter sua disseminação e mitigar seus efeitos na saúde pública.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 05 de outubro de 2021, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, submetendo-as nesta data à aprovação dos Acionistas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Base de preparação e apresentação

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2020, ainda em fase pré-operacional, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e, apesar de apresentar capital circulante líquido negativo na demonstração financeira de 31 de dezembro de 2020, no montante de R$ 1.768 no consolidado, está convencida de que suas operações terão fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, pois caso o caixa não seja suficiente para honrar seus compromissos, a Companhia dependerá de aporte de recursos por parte de seu acionista. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança do Grupo, podendo sofrer alterações.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das despesas, ativos e passivos. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

As principais premissas, avaliações e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, e apresentadas nas notas explicativas são: impostos valor justo de instrumentos financeiros e taxa de desconto dos passivos de arrendamentos.

2.4 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.5 Critérios de consolidação

Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia a partir da data em que obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.
Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial
Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável

2.6 Novos pronunciamentos que entrarão em vigor em 01 de janeiro de 2021

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Companhia:

- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16)
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1)
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

Os investimentos que, na data de sua aquisição têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor são registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior a três meses são classificados na rubrica "Investimentos e curto prazo".

	Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020
Caixa e equivalentes de caixa	1	–	41
Operações compromissadas	–	–	1.351
Total	**1**	**–**	**1.392**

Os investimentos de curto prazo são representados por operações compromissadas com liquidez diária e rentabilidade média de 94,38% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

4. INVESTIMENTOS

A Companhia detém investimentos em empresas controladas. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Na controladora os intangíveis decorrentes de combinação de negócios e da aquisição de ativos são incluídos no valor contábil do investimento, inicialmente mensurado pelo seu valor justo e amortizado com base no prazo remanescente de autorização ou do contrato. Já na demonstração consolidada, esses valores são apresentados na rubrica de intangível.

	Controladora	
	2020	2019
Participações societárias permanentes:		
Controladas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	70.463	–
Direito de projetos e direitos contratuais (i)	31.528	–
Total	**101.991**	**–**

(i) No consolidado, o direito de projetos e direitos contratuais são reclassificados para a rubrica de "Intangível".

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

Movimentação dos investimentos	31/12/2019	Efeito da aquisição de ativos	Aumento de capital	Equivalência Patrimonial (i)	Direitos de exploração de autorização (ii)	Amortização dos direitos de exploração de autorização (iii)	31/12/2020
Tucano F1 Geração de Energias SPE S.A.	–	724	19.490	97	8.284	(197)	28.398
Tucano F2 Geração de Energias SPE S.A.	–	517	14.524	41	7.204	(172)	22.116
Tucano F3 Geração de Energias SPE S.A.	–	604	16.873	57	8.404	(200)	25.738
Tucano F4 Geração de Energias SPE S.A.		604	16.875	57	8.404	(200)	25.740
Total	**–**	**2.450**	**67.762**	**253**	**32.296**	**(770)**	**101.991**

A Companhia realizou aumentos de capital nas suas controladas durante o exercício e sem emissão de novas ações.
(i) Equivalência patrimonial de março a dezembro de 2020
(ii) Vide Nota 1 (aporte de capital)
(iii) Na controladora, a amortização dos direitos de exploração de autorização está apresentada na rubrica de "equivalência patrimonial" na demonstração de resultado, e no consolidado está apresentado em despesas gerais e administrativas.

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Controladas	Quantidade de açoes do capital social	Percentual de Participação	Valor do Capital Social	Valor do Patrimonio Liquido	Lucro
Tucano F1	174.672.747	100%	20.214	20.309	97
Tucano F2	147.705.026	100%	15.042	15.082	41
Tucano F3	174.553.339	100%	17.477	17.533	57
Tucano F4	174.553.339	100%	17.480	17.535	57

5. IMOBILIZADO

A Companhia e suas controladas utilizam critérios definidos pelo Órgão Regulador, para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, respectivamente, desde que aderentes às práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em “Outras receitas e despesas operacionais” na demonstração do resultado.

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. A Companhia e suas controladas reconheceram ativos de direito de uso de terreno arrendado, com vida útil definida estimada de 25 anos e depreciados a uma taxa real média de 3,67%. Para determinação da vida útil foi considerado o prazo do contrato ou o período de autorização, dos dois o menor.

a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	Consolidado				
	2020				2019
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldos líquidos	Saldos líquidos
Imobilizado em curso (i)		69.259	–	69.259	–
Direito de uso de terreno arrendado (ii)	3,67%	11.786	(324)	11.462	–
Total		**81.045**	**(324)**	**80.721**	**–**

(i) O saldo de imobilizado em curso é composto, por gastos com o início da construção do Complexo Eólico Tucano, principalmente relacionados com o contrato firmado para o fornecimento das turbinas eólicas, bem como com obras civis e elétricas. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.

(ii) A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. São amortizados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. A Companhia e suas controladas reconheceram ativos de diretos de uso dos terrenos arrendados e reconhece sua amortização com base nos prazos firmados em contrato, em média de 30 anos e amortizados a uma taxa média de 3,67% ao ano. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia e suas controladas utilizaram o prazo do contrato como determinação da vida útil.

b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	Consolidado			
	Saldos em 31 de dezembro de 2019	Adições	Amortização	Saldos em 31 de dezembro de 2020
Em curso	–	69.259	–	69.259
Direito de uso de terreno arrendado	–	11.786	(324)	11.462
Total líquido	**–**	**81.045**	**(324)**	**80.721**

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não identificou indicadores de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

6 INTANGÍVEL

Ativos intangíveis são registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Esses intangíveis, compostos de custos de construção e sistemas que possuem vidas úteis limitado ao prazo de autorização, são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação a perda por redução do valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

a) A composição do intangível é a seguinte:

	Consolidado					
	2020					2019
	Nota	Taxas médias anuais de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Saldos líquidos	Saldos líquidos
Direito de exploração de autorização	1	3,0%	32.296	(770)	31.528	–
Direito de servidão de passagem		-	2.621	–	2.621	–
Software e outros intangíveis		-	1.326	–	1.326	–
Total			**36.243**	**(770)**	**35.474**	**–**

b) Movimentação do intangível

A movimentação do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	Consolidado		
	Saldos em 31 de dezembro de 2019	Adições	Saldos em 31 de dezembro de 2020
Direito de exploração de autorização	–	32.296	**32.296**
Direito de servidão de passagem	–	2.621	**2.621**
Software e outros intangíveis	–	1.326	**1.326**
Subtotal	**–**	**36.243**	**36.243**
Amortização	–	(770)	**(770)**
Total líquido	**–**	**35.474**	**35.474**

7. FORNECEDORES

O saldo de fornecedores no montante de R$ 3.015 em 31 de dezembro de 2020 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2019) somente no consolidado, refere-se, principalmente, a custos com a construção dos parques eólicos.

8. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Os contratos incluídos no escopo de reconhecimento e mensuração inicial referem-se à aluguel de terrenos, para os quais a Companhia e suas controladas passaram a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, sendo este último demonstrado na rubrica Imobilizado. (vide nota explicativa nº **5**).

Para definição dos contratos a serem avaliados, a Companhia e suas controladas consideraram os contratos de arrendamento com duração igual ou superior a 12 meses e contratos de arrendamento de valor relevante.

No reconhecimento inicial, para a determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada a taxa de desconto nominal de 10,08% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento.

A movimentação do passivo arrendado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	Consolidado
	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	—
Adoção inicial	11.786
Encargos financeiros	973
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**12.759**

Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento são como segue:

Fluxo futuro	
NÃO CIRCULANTE	
2022	55
2023	118
2024	129
2025	142
2026	157
Após 2026	12.158
Subtotal	**12.759**
Total	**12.759**

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social subscrito e integralizado é de R$ 102.510, dividido em 102.510.068 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 30 de dezembro de 2020 foi realizado aumento de capital de R$ 32.296, por meio de capitalização de ativos intangíveis gerados na aquisição no montante de R$ 27.633 e pela participação das controladas Tucano F1, Tucano F2, Tucano F3 e Tucano F4 no montante de R$ 4.663. Não houve movimentação de caixa nessa transação.

Entre janeiro de 2020 e dezembro de 2020 foi realizado aumento de capital de R$ 70.214 em moeda corrente pela AES Tietê Energia.

Em 31 de dezembro de 2020 o quadro acionário da AES Tucano Holding II S.A., é composto como segue:

	2020
AES Tietê Energia S.A.	102.510
Total	**102.510**

10. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado	
	2020	2019
Receitas Financeiras		
Renda de cauções	583	–
PIS e COFINS sobre receita financeira	(27)	–
Total	**556**	**–**
Despesas Financeiras		
Tarifas e encargos bancários	(216)	–
Total	**(216)**	**–**
Total líquido	**340**	**–**

11. COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia e suas Controladas apuram os tributos sobre o lucro com base no regime do lucro real. A Companhia não apurou lucro tributável no exercício.

	Controladora		Consolidado	
	2020		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Corrente	–	–	(50)	(30)
Diferidos	–	–	–	–
Total	**–**	**–**	**(50)**	**(30)**
Demonstração do cálculo dos tributos:				
Resultado antes dos tributos	**(518)**	**(518)**	**(438)**	**(438)**
Adições (exclusões):				
Resultado de equivalência patrimonial	(253)	(253)	–	–
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	–	–	–	–
Amortização do intangível - sem diferido constituído	770	770	770	770
Diferença temporária s/ diferido constituido (arrendamento)	–	–	–	–
Ajuste adicional IRPJ	–	–	–	–
Total das adições (exclusões)	**517**	**517**	**770**	**770**
Resultado ajustado	**(1)**	**(1)**	**332**	**332**
Alíquota nominal	15%	9%	15%	9%
Total da despesa com tributos	**–**	**–**	**(50)**	**(30)**
Outros	–	–	–	–
Total da despesa com tributos	**–**	**–**	**(50)**	**(30)**
Alíquota Efetiva	**0,0%**	**0,0%**	**-11,4%**	**-6,8%**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do período, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

12 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

12.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

			Consolidado		Consolidado		
			2020		2019		
	Hierarquia	Notas	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Categoria
ATIVO (circulante e não circulante)							
Caixa e equivalentes de caixa	**Nível 2**	3	1.392	1.392	–	–	Custo amortizado
Total			**1.392**	**1.392**	**–**	**–**	
PASSIVO (circulante e não circulante)							
Fornecedores	**Nível 2**	7	3.015	3.015	–	–	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	**Nível 2**	8	12.759	12.759	–	–	Custo amortizado
Total			**15.774**	**15.774**	**–**	**–**	

Hierarquia de valor justo

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços); e
- Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

12.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia e suas controladas contam com as áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos, Auditoria Interna e Ética e Compliance.

Gestão de Riscos

A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo fornecer as diretrizes gerais para a Gestão de Riscos da Companhia, visando conceituar e documentar os princípios de Gestão de Riscos e atividades relacionadas.

A diretoria de Gestão de Riscos é responsável por disseminar a cultura de gestão de riscos estratégicos, obter o grau de exposição a risco ao qual a Companhia está exposta, definir padrões a serem seguidos pela Companhia no que tange Gestão de Riscos, supervisionar e controlar relatórios de risco e definir gestores e responsáveis pelos riscos nas áreas de negócio.

A Diretoria exerce a função de assegurar a avaliação dos riscos estratégicos e planos de ação recomendados para a mitigação dos riscos.

Os riscos estratégicos podem ser categorizados como riscos estratégico, financeiro, compliance, tecnologia, operacional, mercado, legal, regulatório, ambiental e crédito. A Diretoria também deve fornecer sua percepção em relação aos riscos tangíveis e intangíveis aos quais suas respectivas áreas de negócios estão expostas.

Ética e Compliance

A Companhia e suas controladas estão comprometidas em manter os mais altos padrões éticos e legais em todas as suas transações comerciais. Para tanto, potenciais parceiros de negócios são submetidos a um processo de análise e aprovação interna da Administração, conduzido pela área de Ética e Compliance, cujo principal objetivo é "conhecer" os seus parceiros e avaliar os riscos trazidos pelas transações a serem analisadas.
Em caso de denúncia ou suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pela área de Ética e Compliance e com base na conclusão do processo investigativo, medidas de remediação apropriadas - sejam medidas administrativas, mudanças de controles, implementação ou ajuste de processos, etc. - serão tomadas tempestivamente. Se houver um eventual impacto material nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, os dados gerados pelo processo investigativo serão devidamente informados à governança da Companhia.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e os respectivos ratings nas principais agências.

A Companhia e suas controladas utilizam a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de

risco *rating* inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2020 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020
Caixa e equivalentes de caixa	1	–	1.392
Total	**1**	**–**	**1.392**

(b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia e suas controladas podem revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e de suas controladas.

Posição em 31 de dezembro de 2020	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	3.015	–	–	–	–
Passivo de arrendamento	–	–	55	389	12.314
Total	**3.015**	**–**	**55**	**389**	**12.314**

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco de alterações na legislação tributária do Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos na Companhia e suas controladas. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia e suas controladas. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia e suas controladas terão condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio, inclusive no que se refere à manutenção de seus preços, seus fluxos de caixa projetados

ou sua lucratividade. Por fim, vale destacar que eventuais alterações à legislação tributária não produzem efeitos imediatos, de modo que a Companhia e suas controladas não devem ser impactadas no mesmo instante em que forem promovidas

(c.2) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia e suas controladas estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Tucano Holding II e suas controladas, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

13 COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas possuem os seguintes compromissos contratuais relevantes não reconhecidos nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas:

	Consolidado						
Posição em 31 de dezembro de 2020	2021	2022	2023	2024	2025	Após 2025	Total
Contrato de Construção	146.996	425.928	–	–	–	–	572.924
Total	**146.996**	**425.928**	**–**	**–**	**–**	**–**	**572.924**

14 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa da Companhia da atividade de investimento foram as seguintes:

	Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020
Aquisições de ativo imobilizado	–	–	3.015
Aumento de capital	34.746	–	34.746
Arrendamentos	–	–	11.786
Total	**34.746**	**–**	**49.547**

15 EVENTOS SUBSEQUENTES

Emissão de debêntures

Em Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 15 de setembro de 2021, foi aprovada a emissão da 1ª debênture simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, no valor total de R$300.000, com vencimento em 15 de setembro de 2041. O valor total será atualizada monetariamente pelo IPCA e a remuneração será determinada em procedimento de bookbuilding, a ser realizado em 06 de outubro de 2021, sendo limitada ao maior entre (a) a cotação indicativa divulgada pela ANBIMA da taxa interna de retorno do Tesouro IPCA + com Juros Semestrais, com vencimento em 2035, apurada no

Dia Útil imediatamente anterior à data de realização do procedimento de bookbuilding, acrescida exponencialmente de 1,05% (um inteiro e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; e (b) 5,20% (cinco inteiros e vinte centésimos por cento).

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi
Diretora Presidente

Carlos Renato Xavier Pompermaier
Diretor Vice Presidente

Hugo Saturo Nagae
CRC 1SP329701/O-6